

Governo elabora o seu projeto de Constituição

Prisco confirma: idéia é fazer substitutivo que corrija falhas do anteprojeto em discussão

"O presidente Sarney tem toda razão: se esse anteprojeto virar Constituição, o Brasil será ingovernável. Deus nos livre desse anteprojeto. Com ele, teremos o caos". A constatação é do deputado Prisco Viana (PMDB-BA), um dos parlamentares mais ligados ao presidente da República e de maior trânsito junto à intimidade do poder.

Prisco está convencido de que o anteprojeto conseguiu algo que parecia impossível: esboçar uma Constituição pior ainda que a atual. E avisa: "Se não se mudar o anteprojeto, compatibilizando-o com o País real, não tenho dúvidas de que marcharemos para impasses perigosos".

Ele informa que o Governo, "como é óbvio", não está indiferente. Através de sua liderança na Constituinte, está estimulando a elaboração de um substitutivo. Sua esperança é de que, a partir de agora, a Comissão de Sistematização aprofunde o debate e propicie o surgimento de uma grande negociação política, que resulte numa reforma em regra do anteprojeto de Constituição.

E ironiza: "As ossadas de Pontes de Miranda e de Rui Barbosa devem estar dando cambalhotas de indignação".

LÁGRIMAS

Prisco diz que a leitura do anteprojeto produz reações opostas de risos e lágrimas. "Risos pelo conteúdo grotesco de diversas passagens; lágrimas, quando se constata que, afinal, isso pode virar a nossa Carta Magna".

Algumas aberrações: o neoparlamentarismo, as excessivas franquias trabalhistas, a definição do sistema econômico (se capitalista, se coletivista), o espírito de caridade (que o senador Roberto Campos classificou de "caritocrática") que se espalha pelo texto, o excessivo detalhamento e a falta de sentido prospectivo, entre outros.

Diz ele: "O parlamentarismo sugerido pelo anteprojeto estimula um conflito permanente entre o presidente da República e o primeiro-ministro. Um das realidades políticas com que temos de lidar é a q' de que o próximo presidente, por notória exigência popular, será eleito pelo voto direto da maioria absoluta da população. Isso significa que terá pelo menos 40 milhões de votos. E o primeiro-ministro será eleito indiretamente por um colégio eleitoral de 487 parlamentares. Como, nestes termos, tornar esse primeiro-ministro o verdadeiro governante e o presidente, com seus 40 milhões de votos, um personagem alegórico? Essa é uma realidade ignorada pelo anteprojeto".

"Prisco está convencido de que não é verdade que a maioria dos constituintes seja parlamentarista. "Essa afirmação não foi feita. O que há é uma grande maioria silenciosa adepta do presidencialismo. Na hora adequada, irá se manifestar", garante.

OPÇÃO

Se o anteprojeto se perde em detalhes desnecessários, deixa de tratar de coisas essenciais, segundo Prisco. Uma delas: a definição da natureza do regime econômico do País.

O texto — observa — consagra um hibridismo que só

aprofundará nossas dificuldades. A opção brasileira — expressa, inclusive, no resultado eleitoral do ano passado — é pelo capitalismo. Um capitalismo, naturalmente, moderno, com compromissos nitidos com o social — mas necessariamente um sistema baseado na livre iniciativa e nas leis da economia de mercado. E inconcebível que a Constituinte use sua soberania para contrariar nossas realidades — econômicas, políticas e sociais.

Prisco lembra que, entre os mais controversos dispositivos oriundos da Comissão da Ordem Social, pelo menos um já foi recentemente rejeitado pela maioria do Congresso Nacional: o que estabelece a estabilidade no emprego, em projeto de autoria do deputado Pimenta da Veiga.

Trata-se de dispositivo demagógico, que aumentará o desemprego e produzirá inquietação entre os empregadores. Não pode, pois, interessar aos trabalhadores.

Acima de tudo, porém, frisa Prisco, é matéria pertinente à legislação ordinária — "jamais uma norma constitucional".

Essa distorção, aliás, marca todo o texto do anteprojeto, segundo Prisco:

Houve, com as eleições, uma grande renovação no Congresso. Se, por um lado, isso é salutar, por outro traz dificuldades. Uma imensa legião de constituintes jamais atuou sequer numa câmara de vereadores. Dai a confusão entre o que seja uma norma constitucional e legislação ordinária e complementar. Esperamos que, na segunda fase — que se está iniciando agora —, cumpra a etapa do aprendizado e do devaneio daqueles que pensam fazer a felicidade geral através de um texto constitucional, prevalendo, finalmente, o bom-senso que tem faltado até aqui.

Prisco condena a metodologia de trabalho adotada, "contra a melhor tradição de elaboração constitucional".

— Ao invés de se partir de um anteprojeto — argumenta —, produzido por uma grande comissão, composta por especialistas recrutados nos partidos, optou-se pelo inverso: a fragmentação de temas em comissões e subcomissões. Isso resultaram detalhadíssimos relatórios para compatibilização na Comissão de Sistematização. E a consequência é essa colcha de retalhos que aí está. Pior: muitas das emendas rejeitadas nas comissões temáticas serão reapresentadas em plenário, o que torna inútil o trabalho prévio daquelas comissões, além de complicar enormemente o processo de sistematização e gerar dificuldades de natureza política.

CASUISMO

Outra distorção que Prisco condena: o espírito casuístico com que muitos grupos estão tratando questões permanentes. Duas principais: a duração do mandato do presidente e o sistema de Governo.

— Não se examinam — diz ele — as eventuais excelências do sistema parlamentarista ou do período do mandato presidencial. O que orienta a ação desses grupos são as suas idiosincrasias em relação ao presidente e seu Governo.

E adverte: "A Constituição deve ser elaborada com os olhos no futuro. Ela é feita para atravessar

gerações. E não pode ser feita sob a inspiração do passado recente ou de ressentimentos do instante político.

Caso isso prevaleça, ele não tem dúvidas: caminharemos para impasses perigosos. Não gosta, porém, de considerar a hipótese de um golpe como desfecho da crise política:

— Essa é uma hipótese trágica — observa —, com a qual não gosto de trabalhar. Prefiro acreditar na viabilidade do processo de negociação política entre os diversos setores da Constituinte. Temos o dever de aprovar uma Constituição que honre nossas tradições, sobretudo as do Direito Constitucional. Uma Carta que seja aceita pelo povo. E só evitaremos o fenômeno da rejeição se formos capazes de produzir um texto que reflita com precisão a média do pensamento político brasileiro — que não é radical, mas de centro, moderado, democrático e progressista, na correta acepção do termo.

Dentro desse contexto, acha que a reunião da Convenção Nacional do PMDB, marcada para o fim de julho, vem em má hora. Deveria ter precedido a instalação da Constituinte, "para que os diversos setores e facções ideológicas do partido encontrassem um denominador comum em torno das questões mais polêmicas". Agora, porém — "quando as paixões ideológicas já foram deflagradas" —, a convenção pode servir apenas para acirrar ainda mais os ânimos.

O partido — pondera — deveria, neste momento, empenhar-se apenas em ações que produzam união. E evitar novos choques.

"Os partidos tendem a ser figuras secundárias no processo constituinte na medida em que não se prepararam com propostas concretas. Do mesmo modo que dificilmente se conseguirá impor o monitoramento das lideranças partidárias. Naturalmente vai se dando a aglutinação das afinidades dentro da Assembleia. Os que pensam agir ou aproximado acabarão se unindo acima dos partidos, até mesmo para suprir a omissão destes".

GOVERNO

"O Governo está muito preocupado com o País que está sendo gerado pelos constituintes", informa Prisco, com a autoridade de quem transita no centro de decisões do regime e priva da intimidade do presidente da República.

Essa preocupação se reflete em providências práticas: o líder do Governo na Constituinte, Carlos Sant'Anna, está autorizada a conduzir desde já os entendimentos em torno de substanciais alterações no texto do anteprojeto". Em outras palavras, um substitutivo — providências que Prisco endossa com entusiasmo.

E constata: "A 'arrumação' que resultou no texto do anteprojeto embuiu uma proposta socialista. Um socialismo, no entanto, confuso, demagógico e inaplicável.

Está certo de que o relator, deputado Bernardo Cabral ("que não pode ser responsabilizado, pois foi obrigado a fazer compatibilizações políticas, para agradar a diversos setores"), será sensível às razões do Governo.

— Confió em sua inteligência, competência e patriotismo — encerra.



Prisco Viana, Carlos



Sant'Anna, Bernardo Cabral e



Fruta Neto concordam: o anteprojeto é muito ruim



Até o autor critica texto

Desde que foi divulgado, na última sexta-feira, o anteprojeto da futura Constituição já recebeu críticas de todos os setores: da esquerda à direita, passando pelo presidente José Sarney, ninguém está satisfeito com a proposta. Ontem, a legião de descontentes foi engrossada pelo próprio relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, segundo o qual o texto, de tão confuso, não possui a mínima "linearidade ideológica".

Reagindo contra as inúmeras críticas que vem recebendo, o deputado amazonense fez questão de deixar claro que a sua tarefa, nesta primeira fase dos trabalhos, foi somente a de compatibilizar os textos aprovados pelas comissões temáticas. "Eu não podia inovar nada, limitando-me a adaptar os projetos que me foram remetidos. Mesmo no caso da Comissão de Família, Educação, Ciência e Tecnologia e Comunicações, procurei ouvir o relator".

Aos que contestam o anteprojeto constitucional, o relator afirmou que devem aguardar a apresentação do seu substitutivo, quando, já de posse das emendas, poderá propor inovações. "Al. sim, será um trabalho pessoal e pelo qual assumirei inteira responsabilidade", acrescentou, negando-se a adotar a paternidade da proposta divulgada sexta-feira.

Para Aldo, é "negociata"

O anteprojeto do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, está recebendo críticas da direita e da esquerda. O deputado Aldo Arantes (PC do B) considerou a parte do documento que trata da reforma agrária como uma "negociata agrária", numa alusão ao bloco conservador de constituintes formado para derrubar as propostas de desapropriação de terras úteis, que não venham sendo exploradas. Segundo o parlamentar, o capítulo sobre o assunto da maneira como saiu no documento "jamais possibilitará a realização de reforma agrária no País, sendo retrógrado até mesmo em relação ao Estatuto da Terra aprovado durante o governo Castelo Branco".

O deputado Luiz Henrique (PMDB-SC), líder do partido na Câmara, elogiou o documento como um todo, mas fez ressalvas ao capítulo da ordem econômica, "que não atende aos anseios da população brasileira que reivindica propostas mais atualizadas". Luiz Henrique disse que o projeto deve ser mais sucinto: ele considera os 500 artigos do documento "um exagero". O parlamentar acha porém muito positiva a proposta sobre parlamentarismo do anteprojeto.

Já o deputado Delfim Netto (PDS-SP) critica o documento por razões opostas às apresentadas por Luiz Henrique e Aldo Arantes. Delfim Netto disse que o anteprojeto amplia a reserva de mercado, "fato que mostra que os chamados progressistas estão devotados a idéias da Idade Média". Segundo Delfim Netto, o relatório de Cabral fugiu ao mérito das questões econômicas aprovadas em nível de subcomissões e de Comissão da Ordem Econômica, "quando, pelo regimento da Constituinte, deveria ter mantido fiel às propostas originais".

Saulo defende a negociação

Campo Grande — O deputado federal Saulo Queiroz (PFL-MS) informou que "de agora em diante os constituintes vão viver a segunda fase, a mais decisiva da Constituinte com o início dos trabalhos na Comissão de Sistematização". Afirmação parlamentar, Secretário-Geral do PFL, que o seu partido dispõe de um bloco organizado e que entende a necessidade de se abrir a ampla negociação fugindo das posições radicais e extremadas ocorridas nas comissões temáticas.

Tática é mudar o relatório já

SERGIO CHACON
Editor de Política

Consultor-geral da República, Saulo Ramos, o jurista Miguel Reale, o líder Carlos Sant'Anna, assessores jurídicos e parlamentares do centro-democrático elaboram, sob a orientação do presidente Sarney, emendas que visam a assegurar a continuidade do regime presidencialista, definir um modelo econômico aberto e propiciar avanços no campo social, inspirados no projeto da Comissão Afonso Arinos.

Preocupado com a falta de unidade jurídica do anteprojeto inicial da Comissão de Sistematização e com a sua inviabilidade prática, o governo vai agir logo para impedir que o documento chegue ao plenário em sua forma atual. Ontem à noite, ao se reunirem para mais uma troca de opiniões sobre as emendas, os articuladores palacianos estavam convencidos de que as mudanças terão de ser feitas na própria Comissão de Sistematização a partir de uma ampla negociação política com os partidos.

A estratégia é a de apresentar emendas e aprovar a sua incorporação ao anteprojeto ainda na Comissão, com o apoio da maioria absoluta (47 votos) de seus 93 integrantes. Assim, as mudanças pretendidas serão desde logo incorporadas ao documento que irá a plenário. O governo está convencido de que seria quase impossível o fazer a "limpeza" em plenário. Seriam necessárias 280 votos a favor de suas teses e algumas semanas de votação para vencer a resistência dos que certamente vão defender o anteprojeto da Comissão. Se as mudanças forem feitas já, os adversários é

que terão de mobilizar 280 parlamentares para tentar restabelecer o texto original.

O único obstáculo dessa estratégia é o regimento interno da Assembleia, que não prevê emendas que modifiquem a essência dos textos aprovados nas comissões temáticas nesta fase. Tais propostas, segundo o regimento interno, só poderiam ser apresentadas a partir de 20 de julho, em plenário. Mas o regimento já foi descumprido nas comissões temáticas, quando foi aberto novo prazo de emendas aos substitutivos apresentados pelos relatores. Além disso, a mesa da Constituinte já está aceitando emendas aos capítulos da Educação, da Ciência e Tecnologia e da Família (ver a reportagem abaixo).

A mesa da Assembleia Nacional Constituinte por duas vezes já decidiu contrariar as determinações do regimento interno. A própria Comissão de Sistematização o ignorou quando os auxiliares do deputado Bernardo Cabral incluíram no anteprojeto dispositivos que não haviam sido aprovados nas comissões temáticas atendendo recomendações da direção nacional e dos líderes do PMDB.

A porta já está entreaberta. O líder Carlos Sant'Anna vai cuidar de abrir-a por completo, através de gestões junto à mesa, que eticamente não tem condições de se negar a negociar o assunto. Se serão aceitas emendas relativas aos capítulos da Educação, Família, Ciência e Tecnologia e Comunicação, por que não fazer o mesmo em relação a todo o anteprojeto?

Cabral condena as emendas de mérito

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e o deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, ameaçam entrar em rota de colisão. Inconformado com a decisão da Mesa diretora de permitir emendas de mérito ao projeto que redigiu em substituição ao da Comissão da Família, Educação, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, o relator avisou ontem que, neste caso, acatará o mesmo tipo de emenda para todo o texto da proposta constitucional.

Citando os artigos 14 e 19 do regimento interno da Constituinte, Cabral deixou claro que a apresentação de emendas ao mérito, nesta fase dos trabalhos da Sistematização, é antirregimental. Os dois dispositivos, combinados, asseguram que mesmo o texto que o relator ganhou o direito de redigir por conta própria, já que a oitava comissão temática deixou de fazê-lo, é passível apenas de emendas de redação ou compatibilização.

"Mais do que isto, significa dar à Comissão de Sistematização poderes que o regimento só atribui ao plenário da Constituinte", acrescentou o deputado amazonense. Ele fez questão de lembrar que não participou da elaboração do regimento, mas tem baseado a sua conduta nos termos das normas aprovadas pelo plenário.

Com a decisão da Mesa, contudo, sente-se liberado para acatar propostas de alterações substantivas a qualquer dispositivo do projeto constitucional. Ainda que o regimento interno, que até agora tem seguido, diga o contrário.

EMENDAS

do que a língua oficial do Brasil e português.

Mas também há constituinte pensando no futuro. O baiano Udorico Pinto, por exemplo propôs que uma nova Assembleia Constituinte seja instalada no dia 1º de fevereiro do ano 2001. Detalhista, chegou a esta belezar o sistema eleitoral a se praticado na ocasião, lançando ainda algumas idéias para o regimento interno da futuríssima Carta Magna.

Outro parlamentar que apresenta satisfação com o rumo da atual Constituinte é o pernambucano Nilson Gibson. Ele apresentou emenda eternizando a transmissão de programas de rádio e televisão para divulgação das atividades do Poder Legislativo. Também de sua autoria é a proposta que mantém a criminalização do aborto entre os dispositivos constitucionais.

Nada menos que três constituintes (Costa Ferreira, Darcy Pozza e Ivo Mainardi) estão preocupados em estimular a realização de casamentos. Eles apresentaram emendas tornando gratuitos todos os procedimentos burocráticos necessários à união civil.

Os trabalhadores também não foram esquecidos. O deputado Santinho Furtado, por exemplo, propôs a aposentadoria aos 65 anos para todos os cidadãos, com proventos nunca inferiores a 100% do salário mínimo regional. Já o senador Cid Sabóia pretende que todos os servidores públicos sejam efetivados na data da promulgação da nova Constituição. Os que tiverem mais de cinco anos de serviço, automaticamente; os demais, serão submetidos a concursos internos com o mesmo objetivo.

Outro tema de muitas emendas foi a revisão territorial do País. Embora o deputado Fernando Gomes sugira a realização de plebiscito junto às populações interessadas, o deputado Francisco Rollemberg prefere ampliar constitucionalmente o território de seu Estado, Sérgio. Como? Tomando parte das terras baianas.

Covas sugere entendimento

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, estimulou os deputados Miro Teixeira (PMDB-RJ) e Jaime Santana (PFL-MA) a procurarem entendimentos entre políticos dos dois e de outros partidos visando encontrar um denominador em torno de uma lista de quinze a vinte pontos cruciais da nova Constituição — que vão do papel do Estado na economia à reforma agrária, à definição do que é empresa nacional, etc.

Após o encontro que manteve com Mário Covas, os deputados Miro Teixeira e Jaime Santana afirmaram que o primeiro objetivo é compor um grupo representativo de diferentes partidos e de diversas correntes ideológicas para encontrar soluções consensuais. Ambos disseram que, se a nova Carta sair no voto, "será uma Constituição caolha, porque representativa de uma facção e não da vontade e dos interesses da Nação".

TEXTO RUIM

Miro e Santana concordam que o texto finalmente conciliado pela Comissão de Sistematização com base nos resultados dos relatórios das oito comissões temáticas está mal formulado, não tem unidade e é uma peça marcada pelas contradições, pois tem avanços demasiados em alguns aspectos e retrocessos em outros.

Os dois deputados do PMDB e do PFL disseram, ainda, que a maioria não pode se constituir "à base do maniqueísmo entre esquerda e direita, pois, assim, teremos um documento que não refletirá uma média ponderada do pensamento dominante e, portanto, algo que não terá duração". "Seria uma Constituição estrábica, sem qualquer condição de merecer respeito", dizia Santana.

O deputado Jaime Santana disse que um grupo de parlamentares do PFL já vem se reunindo há 15 dias, convencido de que será necessário romper o dilema entre a esquerda e a direita, hoje dominante na Constituinte. Agora, a idéia é incorporar a esse grupo parlamentares do PMDB para uma troca de idéias mais a respeito do que deve ser discutido e negociado para melhorar o texto da Constituição.

Ninguém possui uma maioria compacta de 280 constituintes — que é a maioria absoluta aqui. Se dependermos de decisão pelo voto teremos as deliberações mais estranhadas e contraditórias. O certo é partirmos para um entendimento e nisso o líder Mário Covas está inteiramente de acordo — declarou o deputado Miro Teixeira.

Ambos reconheceram que o texto do projeto que a Comissão de Sistematização está enviando para votação, em primeiro turno, no plenário é francamente de baixa qualidade e precisa sofrer completa reformulação para merecer a condição de Carta Constitucional.

Gaúcho contra estabilidade

A Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Fedarasul) e a Associação Comercial de Porto Alegre elogiaram, ontem, a posição do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, sobre a proposta constitucional de estabilidade no trabalho. Segundo o general, se trata de um "grande desserviço para o País e para o trabalhador, pois ninguém vai querer empregar trabalhadores por mais de 90 dias e eles acabarão dispensados".

"A declaração do ministro — afirmou César Rogério Valente, presidente das duas entidades — é cauteloso diante do desequilíbrio social que, certamente, ocorrerá se prevalecer a demagogia de alguns parlamentares que, pensando em agradar os trabalhadores, vão jogá-los numa situação de desemprego em massa e, consequentemente, propiciando clima favorável a uma baderna nacional. Os parlamentares que vão votar a estabilidade no emprego devem estar alertados que nenhum empresário irá entregar o seu negócio nas mãos de uma massa trabalhadora que vai se julgar sem nenhuma obrigação de cumprir suas tarefas pela estabilidade garantida em lei". Disse ainda que a medida vai gerar uma extraordinária rotação de mão-de-obra.

Sarney dará sua contribuição

O porta-voz da Presidência da República, Antônio Fruta Neto, disse ontem que o presidente José Sarney não está satisfeito com o resultado parcial da Constituinte e, na condição de político e cidadão, vai influir na elaboração do texto final para corrigir o que considera "incoerência" e fazer com que a futura Carta reflita, tanto quanto possível, o pensamento da sociedade brasileira.

O porta-voz explicou que, como deve acontecer num processo político democrático, o presidente se utilizará dos partidos

que compõem a Aliança Democrática — PMDB e PFL — através de suas lideranças, bem como por meio de outras lideranças naturais da Constituinte, com as quais tem uma excelente relação.

CORREÇÕES

Na opinião de Fruta Neto, nada mais justo que isto aconteça na medida em que a quase totalidade da sociedade brasileira de forma consensual entende que o documento-base da futura Constituinte exige que sejam

feitas revisões. "E por isto que o Presidente, aliás como sempre disse, vai dar sua colaboração" acrescentou o porta-voz.

Ele negou que Sarney tivesse enviado carta ao presidente do PMDB, da Constituinte e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, relacionando os pontos do texto constitucional que mais o preocupam. Mas citou como exemplo de insatisfação do presidente Sarney, o sistema de governo como consta no relatório, por entender que "a função de governar está colocada de forma imprecisa".

Sant'Anna prepara estratégia

Diante da proibição pelo Regimento Interno de oferecer um substitutivo integral ao projeto da Constituição divulgado esta semana, a liderança do Governo já tem uma estratégia de ação definida para tentar apurar o texto nos pontos que considera essenciais. Vai tratar os temas em blocos de emendas, de forma que o aproveitamento de uma obrigue necessariamente também o aproveitamento de outras. O líder Carlos Sant'Anna disse que não faz objeções às idéias contidas no projeto, mas "à sua falta de objetividade, à redação discursiva e à oratória", que definiu como "praticamente gonçórica".

E contou na parte do Poder Executivo que residem as maiores objeções. Sant'Anna quer garantir para o presidente da República a chefia do Governo, do Estado e o comando em chefe das Forças Armadas, além de ampliar as competências fixadas por Cabral. Quer ainda evitar a pulverização do Poder Executivo, mas está de acordo com o sentido neoparlamentarista do texto.

(PT), Carlos Moscone e Raimundo Bezerra, do PMDB, acertaram todos os pontos que serão emendados e acreditam ser possível resolver os problemas desse modo. Ele tem o mesmo pensamento com relação à educação, mas não sabe ainda tudo sobre as demais áreas porque ainda depende da conclusão de uma análise mais apurada.

A liderança do Governo acha muito difícil dar organicidade ao conjunto sobre o qual terá que trabalhar. Por esse motivo, Carlos Sant'Anna passou a defender desde ontem que o relator, Bernardo Cabral, se preocupe mais com as idéias do que com o que está escrito. Citou como exemplo a parte do Judiciário, que precisa ter esclarecido o papel do Supremo Tribunal Federal na função de Tribunal de Garantias Constitucionais, como era o espírito da comissão temática.

Em relação ao Tribunal de Contas, o líder governista aponta falhas importantes no projeto. Tem que dirimir de quem é a competência de nomear os ministros, se do presidente da República ou do presidente do Congresso. Além das reuniões, o líder revelou que tem atendido mu-

tos constituintes insatisfeitos com o conteúdo do texto preliminar oferecido por Bernardo Cabral. Por isso, ele defendeu a necessidade de encurtá-lo, dar nexos, evitando a pulverização, ou, do contrário, o País ficará ingovernável. Sant'Anna disse que não falou novamente com o presidente Sarney pois já conhece suas preocupações.

O deputado voltou a dizer que no capítulo da ordem social, "tudo é muito justo isoladamente, precisa apenas definir quem paga". Citou como exemplo os 30 dias de férias com pagamento em dobro, as 40 horas de trabalho semanais e a participação nos lucros, coisas que, na sua opinião, são inexequíveis. Nesse aspecto, combate os avanços demasiados, embora acredite que são pleitos coerentes da classe trabalhadora.

Ontem, cansado de analisar o texto de Bernardo Cabral, o líder governista apelou para o bom humor, abrindo o volume com o bonico da nova Constituição e lendo alguns trechos, acompanhados de risadas. Depois, perguntava: mas o que é isso? Eu sei lá — ele mesmo respondeu —, para arrematar: como discurso é bonito.